



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA SOCIEDADE, FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS E FAMÍLIAS CATARINENSES

PROJETO DE PESQUISA

POLÍTICAS SOCIAIS DIRIGIDAS ÀS FAMÍLIAS E DINÂMICAS FAMILIARES EM SANTA CATARINA: construção de indicadores sociais.

Coordenadora:

Dra. LILIANE MOSER, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico.

Equipe: Dra. Edilane Bertelli – DSS/CSE

Dra. Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski – CNM/CSE

Projeto de pesquisa submetido ao Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIICT Bolsas PIBIC/CNPq - PIBIC-Af/CNPq - BIPI/UFSC 2021/2022, Edital PROPESQ 01/2021. Este projeto se vincula ao *Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses – OPSFaC*.

FLORIANÓPOLIS-SC, MARÇO – 2021.

RESUMO:

A pesquisa em tela, de caráter interdisciplinar, vincula-se ao Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses que tem como propósito monitorar sistemática e continuamente as famílias e as políticas sociais dirigidas às famílias catarinenses, no sentido de contribuir na formulação de políticas públicas e promover a participação e o diálogo com a sociedade civil, as organizações sociais e os gestores públicos. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar dados quanti-qualitativos e produzir indicadores sociais sobre as famílias, suas dinâmicas familiares e as políticas dirigidas às famílias em Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com base em documentos e fontes secundárias disponíveis em sites oficiais e produzidos por órgãos governamentais e não-governamentais. Os dados serão buscados no Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas no Brasil, composto por diferentes agências, situadas em âmbito federal ou estadual.

Palavras-Chave: Indicadores Sociais, Políticas Sociais, Políticas de família, Famílias, Monitoramento, Santa Catarina.

ÁREA DO CONHECIMENTO:

Ciências Sociais Aplicadas

SUB-ÁREAS DO CONHECIMENTO:

Serviço Social e Economia

PERÍODO DO PROJETO DE PESQUISA: 01 de abril de 2021 a 31 de março de 2024.

PERÍODO DE VIGÊNCIA DAS BOLSAS: 01 de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022.

INTRODUÇÃO (contextualização e motivação da proposta)

Este projeto de pesquisa vincula-se ao Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses - OPSFaC, criado em 2019, pelo Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais – NISFAPS do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Observatório das Famílias e das Políticas de Família – OFAP, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O objetivo do Observatório é monitorar sistemática e continuamente as políticas

sociais dirigidas às famílias catarinenses, no sentido de contribuir na formulação de políticas públicas e promover a participação e o diálogo com a sociedade civil, as organizações sociais e os gestores públicos. Busca também prestar assessoria e consultoria em temas relativos às políticas sociais, além de promover ações de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais voltadas a temática da família e das políticas sociais.

A proximidade estabelecida com a equipe do Observatório das Famílias e das Políticas de Família – OFAP é fruto da realização de pós-doutorado, realizado pela coordenadora da pesquisa, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na qualidade de Investigadora Visitante durante um ano. Criado no início de 2010, o OFAP tem por objetivo “aprofundar e divulgar o conhecimento sobre as famílias e as políticas de família na sociedade portuguesa”, a partir de duas grandes linhas de atuação: “Acompanhar a evolução das formas e dinâmicas da vida familiar, assim como o seu impacto nos padrões demográficos, e monitorizar e divulgar a legislação e as políticas de família - ou seja, as acções governamentais e outras iniciativas que regulam e apoiam a vida familiar em Portugal” (<http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/>). Um dos principais instrumentos de disseminação do trabalho produzido pelo OFAP é o Relatório anual (<https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2019/>), que presta contas das políticas dirigidas às famílias em Portugal.

O Núcleo de pesquisa ao qual a coordenadora dessa proposta está vinculada, possui tradição em atividades de investigação na área da política social e das famílias. Nesse sentido destacamos os projetos de pesquisa¹ coordenados pelas integrantes e aprovados por instituições de fomento como Capes, CNPq e PIBIC – UFSC, assim como os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, que têm produzido conhecimento com foco na realidade catarinense sobre temas como: mudanças nas famílias; impactos de programas de saúde e de assistência social nas famílias; conciliação entre o trabalho e a vida familiar; judicialização do cuidado e de políticas sociais dirigidas às famílias; responsabilização das famílias no provimento do bem estar; envelhecimento e cuidado familiar, entre outros.

¹ a) Política social e acesso à justiça: um estudo sobre a judicialização das demandas sociais de saúde e assistência social - Processo n. 443696/2015-2 APQ - Edital CNPq/ MCTI N. 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (coordenação de Keli Regina Dal Prá)

b) Políticas familiares e proteção social: proposições e perspectivas analíticas - Programa de Professor Visitante no Exterior PVE Júnior – Edital nº 45/2017 – Seleção 2018, Processo - 88881.170370/2018-01. (coordenação de Liliane Moser).

c) As Representações ao Sistema de Justiça Catarinense, a partir do Ministério Público e de seu Prosseguimento no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no que se Refere à Efetivação dos Direitos Sociais Básicos no Âmbito da Família e Infância - Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018. (coordenação de Michelly Wiese)

d) Trabalho e responsabilidades familiares: tensões e demandas à política de assistência social em Florianópolis. Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIICT - Bolsas PIBIC/CNPq 2017/2018, Edital PROPEQ/UFSC 01/2017. (coordenação de Liliane Moser)

As pesquisas citadas têm contribuído com dados e análises sobre a realidade local, contudo, ainda são dispersos e não alcançaram um caráter de continuidade ou de monitoramento das políticas sociais dirigidas às famílias no estado de Santa Catarina. Assim, compreender as mudanças nas configurações familiares, as alterações demográficas e os impactos da intervenção do Estado nas famílias por meio das políticas sociais tem sido alguns dos objetivos norteadores das pesquisas do NISFAPS. Contudo, apesar das análises já realizadas nas pesquisas/produções do Núcleo, identificamos lacunas quanto à sistematização contínua e acessível de dados quantitativos e qualitativos sobre as dinâmicas familiares e as políticas sociais dirigidas às famílias catarinenses.

Os estudos sobre políticas sociais no Brasil têm demonstrado o contínuo processo de responsabilização das famílias por encargos por meio do sistema de proteção social, o que evidencia a importância do debate em torno das formas como a família tem sido incorporada à política social brasileira. Esse tema ganha ainda mais importância, num cenário de regressão e desmonte de direitos sociais que contribui para reforçar o papel tradicional atribuído à família na provisão do bem-estar. Embora existam no país estudos consistentes sobre esses temas, encontram-se dispersos e é preciso avançar na prática contínua de monitoramento das ações governamentais dirigidas às famílias, no sentido de consolidar um campo de debates sobre políticas dirigidas às famílias no Brasil e em Santa Catarina.

Quando se trata da realidade dos países latino-americanos, é possível afirmar que na sua maioria não existe uma política familiar explícita, mas um conjunto de medidas, programas e projetos que afetam as famílias diretamente, mesmo que de forma tácita e descoordenada. Nos países europeus contudo, resguardadas as diferenças entre os mesmos, o debate em torno das políticas de família data dos anos 1970 e versam sobre um conjunto de programas de política social intencionalmente destinados a alcançar finalidades relacionadas com o bem-estar familiar. (Moser, 2019).

Conforme Teixeira (2010, p.64), “o Estado é, notadamente, o agente mais importante na definição de normas e regras às quais a família está vinculada”, produzindo imagens, influenciando relações e disseminando práticas por meio do trabalho social direcionado às famílias. Pereira (2006) nos alerta que, mesmo com a “redescoberta” da família nos últimos anos, não se pode afirmar que exista propriamente uma política familiar em muitos países capitalistas centrais, assim como na maioria dos países periféricos, como é o caso do Brasil. Sua afirmação se apoia na compreensão de que não há um padrão homogêneo de política social e que as medidas propostas estão impregnadas de particularismos culturais.

Segundo Wall (2011, p.340) o conceito de políticas de família refere-se, “genericamente, às ações governamentais dirigidas as famílias e aos agregados domésticos privados, isto é, a tudo o que os governos fazem para regular e apoiar a vida

familiar”. Trata-se da legislação, dos subsídios e dos programas delineados e concebidos para regular e apoiar os indivíduos nos seus papéis familiares e cotidianos e o núcleo familiar no seu conjunto.

Na contemporaneidade, a família tem assumido papel central na política de saúde e de assistência social brasileira, com ações que se encaminham ou se aproximam de uma política familiar, contudo, contraditoriamente, ao mesmo tempo que oferecem proteção e reconhecem a variedade de experiências familiares, exigem contrapartidas e insistem na responsabilização familiar. Nossos indicadores demográficos, sociais e econômicos, conforme Mito (2012), indicam a impropriedade dessa responsabilização. Goldani (1994) já apontava no início da década de 1990 que as transformações ocorridas na família brasileira, considerando o seu enxugamento e as transformações no caráter de suas relações e de seus vínculos, somadas ao empobrecimento e à retração dos investimentos públicos, colocavam as famílias numa posição bastante difícil. Esta insistência no chamamento das obrigações familiares aparece precisamente num momento de grandes transformações na família brasileira.

Levantamentos demográficos recentes de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2016) demonstram cinco principais mudanças na família contemporânea, quais sejam: queda do tamanho da família (o número médio de pessoas caiu de 3,46 em 2005 para 3,19 em 2015); aumento da idade média e envelhecimento da população (em 2005, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro era de 72,0 anos de vida, passando a 75,4 anos em 2015); aumento do número de divórcios (em dez anos, 2005/2015, houve um salto de 161,4%); o aumento da proporção de mulheres que se encontravam na condição de pessoa de referência da família (de 30,6% para 40,5% dos arranjos residentes em domicílios particulares, de 2005 a 2015); e aumento do número de famílias unipessoais (a participação dos arranjos unipessoais aumentou no período de 2005 a 2015, de 10,4% para 14,6% do total de arranjos). Tais mudanças demográficas interferem na capacidade das famílias de dar conta, ou não, das ações de proteção social que estão sendo chamadas a executar. É neste contexto que a família tem “ressurgido” no âmbito das políticas sociais pós-ajuste como um importante agente de proteção social informal dos seus membros.

Nosso interesse na pesquisa proposta é a de produzir indicadores sociais, constituir banco de dados sobre as famílias catarinenses, a dinâmica familiar e as políticas sociais a elas dirigidas. E assim, caracterizar e analisar dados sociodemográficos das famílias catarinenses, sua configuração atual, como vivem, qual o tempo gasto no trabalho remunerado e não remunerado, como exercem o cuidado às crianças, doentes e idosos, quais políticas, programas e serviços sociais são acessados ou não pelas famílias.

OBJETIVOS

Geral:

Analisar dados quanti-qualitativos e produzir indicadores sociais sobre as famílias, suas dinâmicas familiares e as políticas dirigidas às famílias em Santa Catarina.

Específicos:

- Identificar dados quanti-qualitativos sobre as políticas sociais dirigidas às famílias no contexto catarinense;
- Captar dados sociais, econômicos e demográficos relativos a essas famílias e suas dinâmicas no século atual;
- Identificar e compilar análises quanti-qualitativas relacionadas ao tema, locus e “objeto” de estudo dessa pesquisa;
- Construir indicadores sociais relacionados a essas famílias, suas dinâmicas e as políticas dirigidas às famílias;
- Verificar mudanças e permanências nas famílias e suas dinâmicas através dos indicadores sociais, econômicos, demográficos dessas famílias;
- Construir informações e conhecimentos que contribuam para o monitoramento de programas e serviços de políticas sociais dirigidas às famílias;
- Elaborar e disseminar relatórios quanti-qualitativos abrangendo os dados coletados e os indicadores sociais construídos, assim como outros produtos de divulgação como *Policy Briefs* e *Research Briefs*.²

METODOLOGIA:

Para a realização dos objetivos propostos acima, o desenvolvimento da pesquisa de natureza quanti-qualitativa, envolverá alguns procedimentos. O primeiro deles prevê a definição das políticas sociais a serem pesquisadas e acompanhadas, seus objetivos, ações, lógicas de intervenção. Na sequência serão definidos os eixos analíticos, os indicadores, as unidades de análise (famílias, agregados domésticos, indivíduos) e a abrangência geográfica (Mesorregiões, Microrregiões, Municípios do Estado) do estudo.

² A título exemplificativo do que se pretende fazer, ver um *Policy Brief* e um *Research Brief* do OFAP (o último dos quais elaborado em coautoria com a coordenadora da presente proposta de pesquisa): <https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2016/files/assets/basic-html/page-1.html#>; https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2019_2/

O terceiro procedimento metodológico consiste na coleta de dados em fontes secundárias e na construção de indicadores para constituição de base de dados, afim de tornar-se o instrumento norteador do acompanhamento das políticas dirigidas às famílias. O quarto, refere-se a sistematização dos dados coletados e a construção de painel de indicadores na forma de gráficos para análise evolutiva (séries temporais, recenseamentos, rondas de inquéritos) e comparativa (entre e intra territórios) de dados estaduais e municipais sobre as famílias e as políticas sociais.

O quinto procedimento metodológico constitui-se na análise dos dados e produção de relatórios para divulgação dos resultados. Essas etapas serão continuamente avaliadas, planejadas e redefinidas de acordo com o desenvolvimento do projeto.

A revisão de literatura constitui também um dos procedimentos metodológicos para a execução deste estudo. Conforme Silva e Menezes (2001), a revisão de literatura é fundamental, pois permitirá o levantamento e análise do que já foi publicado e abordado sobre o tema a ser pesquisado, assim, favorecendo a delimitação mais precisa do problema. Esse procedimento permeará todo o processo investigativo da pesquisa.

A pesquisa documental ocorrerá com base no estudo de legislações e normativas, assim como, outros materiais impressos ou eletrônicos que versarem sobre as legislações, políticas, programas e serviços sociais dirigidos às famílias em Santa Catarina.

A consecução deste projeto prevê a realização de encontros online regulares da equipe (docentes e estudantes bolsistas) para planejamento e acompanhamento da busca sistemática de dados em fontes secundárias, afim de compor o monitoramento processual dos dados.

O acompanhamento de dados se refere a processos ou checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa, por meio da qual pesquisadores ou agentes podem verificar como a implementação de políticas públicas está sendo realizada, e se está atingindo seus objetivos, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos.

A fonte de dados para realização do monitoramento das políticas sociais e das famílias catarinenses será ampla e variada, incluindo o que se denomina os produtos do Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas no Brasil. Esse sistema é composto por diferentes agências, situadas em âmbito federal ou estadual. Portanto, os Censos Demográficos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais — MUNIC, as Estatísticas do Registro Civil, as Pesquisas de Orçamentos Familiares, a Pesquisa Mensal de Emprego, a Economia Informal Urbana e, mais recentemente, a PNAD Contínua, a PNAD COVID, a Pesquisa Nacional de Saúde, o DATASUS, o Censo SUAS, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, são fontes importantes de dados.

Nesse sentido, cabe destacar, conforme Jannuzzi (2017, p.35), que a construção de “Indicadores Sociais ajuda pautar agendas políticas, qualificar debates públicos e subsidiar decisões técnico-políticas. Nenhum Estado, por menor que seja sua ambição civilizatória, pode prescindir das Estatísticas. Para dimensionar sua população, avaliar o nível médio de bem-estar, investigar as iniquidades sociais existentes ou avaliar os efeitos de sua ação ou inação os “dados sobre o estado do Estado” são fundamentais”.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Contribuir na produção de dados e informações quantitativas e qualitativas sobre as famílias, as dinâmicas familiares e as políticas sociais dirigidas às famílias catarinenses;
- Produzir informações sobre as mudanças na dinâmica das famílias e sobre os programas e serviços sociais prestados às famílias catarinenses;
- Incentivar e fortalecer o espírito investigativo em alunos de graduação vinculados a pesquisa, prevendo a orientação de até dois (02) trabalhos de conclusão de curso no período;
- Desenvolver análises sobre a relação entre as famílias e as políticas sociais, os padrões demográficos e as dinâmicas familiares em Santa Catarina;
- Disseminar os resultados da pesquisa através da elaboração e divulgação de relatórios sobre as famílias e as políticas dirigidas às famílias;
- Publicizar os resultados da pesquisa através da participação em eventos científicos e publicação de artigos em periódicos acadêmicos indexados.

EXEQUIBILIDADE:

Este projeto de pesquisa será realizado sem grandes dificuldades de viabilidade apesar do período pandêmico que vivemos, pois os dados base da pesquisa empírica são de acesso público e estão disponibilizados online em sites conhecidos.

Quanto a infraestrutura institucional faremos uso da Plataforma Moodle UFSC (WebConf) para a realização dos encontros sistemáticos da equipe de pesquisa. Os equipamentos de informática e rede de internet utilizados, em decorrência do trabalho em *home office*, serão os de uso pessoal da equipe.

O recurso necessário e essencial para este projeto é o financiamento de duas bolsas de IC, por isto o envio deste projeto ao Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIICT Bolsas PIBIC/CNPq - PIBIC-Af/CNPq - BIPI/UFSC 2021/2022, Edital PROPESQ 01/2021.

Atividades	2021/2022											
	Mês											
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Realização de pesquisa documental em legislações e documentos afins												
Produção de informações, dados e indicadores sobre as políticas sociais e as famílias catarinenses												
Sistematização dos dados coletados e construção de painel de indicadores												
Análise dos dados e produção de relatórios parciais para divulgação dos resultados												
Contribuição na elaboração do relatório final da pesquisa												
Participação em eventos científicos para divulgação e apresentação dos resultados da pesquisa.												

PLANO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS

Em relação aos dois estudantes bolsistas, um do curso de Serviço Social e outro da Economia, eles devem demonstrar:

Iniciativa e interesse de aprender; pró-atividade com autonomia para tomada de decisões; dedicação para as atividades propostas; responsabilidade e disponibilidade para as atividades elencadas.

Soma-se, em face dos propósitos do projeto em questão, o interesse de participar das demais atividades do Observatório. O projeto de pesquisa pretende contribuir com a formação dos estudantes de graduação na medida em que os aproxima: 1) com a dinâmica de monitoramento contínuo de políticas sociais dirigidas às famílias; 2) com o conhecimento das dinâmicas de famílias catarinenses; 3) com a realidade da gestão pública e dos serviços e; 4) com as reflexões teóricas e práticas que envolvem o tema “famílias e políticas sociais dirigidas às famílias”.

Plano de Trabalho - Bolsista 1 (Estudante de Serviço Social)

Participação nas reuniões de planejamento da equipe;

Participação nas reuniões mensais da equipe;

Participação na definição das políticas sociais a serem pesquisadas e acompanhadas;

Participação na definição dos eixos analíticos, unidades de análise e área geográfica do estudo;

Realização de revisão de literatura sobre temas centrais do estudo, por meio da leitura de textos, relatórios e materiais na área temática do projeto de pesquisa;

Realização de pesquisa documental em legislações e documentos afins;

Acompanhamento sistemático e consulta de sites governamentais;

Coleta de dados em fontes secundárias em sites governamentais na busca de dados;

Participação na produção de informações, dados e indicadores sobre as políticas sociais e as famílias catarinenses;

Análise dos dados e produção de relatórios parciais para divulgação dos resultados;

Contribuição na elaboração do relatório final da pesquisa;

Participação em eventos científicos para divulgação e apresentação dos resultados da pesquisa

Plano de Trabalho - Bolsista 2 (Estudante de Economia)

Participação nas reuniões de planejamento da equipe;

Participação nas reuniões mensais da equipe;

Participação na definição das políticas sociais a serem pesquisadas e acompanhadas;

Participação na definição dos eixos analíticos, unidades de análise e abrangência geográfica do estudo;

Identificação de agências federais e estaduais produtoras de informações e dados sobre políticas sociais dirigidas às famílias;

Realização de contatos institucionais com órgãos estaduais e municipais para a busca de dados e informações;

Identificação e listagem dos sistemas de informações e bancos de dados disponíveis;

Acompanhamento sistemático de sites não governamentais;

Coleta de dados em fontes secundárias por meio da consulta sistemática de sites não governamentais na busca de dados;

Criação de tabelas em Excel e demais ferramentas de sistematização dos dados;

Participação na sistematização dos dados coletados e construção de painel de indicadores;

Contribuição na elaboração do relatório final da pesquisa;

Participação em eventos científicos para divulgação e apresentação dos resultados da pesquisa

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (2017). *Indicadores Sociais: passado, presente e futuro*. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais; [organizado por André Simões e Antônio Carlos Alkmim]. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, Rio de Janeiro, 146 p.

GOLDANI, A. M. (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, n. 91, p.07-22.

JANNUZZI, P. de M. (2014). *Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. 3ª Edição, Alínea Editora: Campinas.

_____. (2017). Indicadores no ciclo de políticas e programas sociais no Brasil. In: *IBGE. Indicadores Sociais: passado, presente e futuro*. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais; [organizado por André Simões e Antônio Carlos Alkmim]. Rio de Janeiro: IBGE.

MIOTO, R. (2012). Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H. B. (org.) *Serviço Social: questões contemporâneas*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, p.125-138.

MOSER, L. (2019). Políticas dirigidas às famílias no contexto europeu e latino-americano: questões para o debate. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília/DF, 12p.

PEREIRA, P. (2006). Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. et al. (orgs.) *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez. p.25-42.

SILVA, E. L da; MENEZES, E. M. (2001) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TEIXEIRA, S. M. (2010). Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família. *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 63-87.

WALL, K. (2011). A intervenção do Estado: políticas públicas de família. In Almeida, Ana Nunes (Eds.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e debates, p. 340-374. <http://hdl.handle.net/10451/20303>

INTERNET (sites, documentos)

<http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/>

<https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2019/>

<https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2016/files/assets/basic-html/page-1.html#;>

https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2019_2/